

Aristóteles Drummond

A busca pelo juízo

O centro e o centro-direita vivem o problema da falta de valores nas novas gerações para suceder os bons quadros que são poucos, e muitos estão saindo de cena. O momento político e econômico que o Brasil viverá em 2026 talvez seja o mais importante das últimas décadas. As escolhas vão definir o futuro da sociedade e das gerações seguintes. Não vai haver espaço para erros.

A sucessão presidencial é a única parcialmente definida, com os nomes de Lula e Fernando Haddad, pelo lula-petismo e a esquerda, e os governadores Tarcísio de Freitas e Ronaldo Caiado, pelo centro.

O vice do PT, se não for a recondução de Geraldo Alckmin, que tem a confiança das forças vi-

vas da nação, vai exigir um nome confiável. Na base de apoio ao presidente Lula, a opção pode recair no prefeito Eduardo Paes, do Rio, que tem a simpatia do presidente. No centro democrático, a escolha ficará mais difícil, uma vez que a chance de concorrer com a máquina do poder pedirá um nome de consenso, de trânsito, não podendo ser um militante radical. O nome pode não ser político, mas de um empresário, por exemplo.

Apesar da idade e de não manifestar interesse, o ex-presidente Michel Temer pode ser um nome de união dos centristas, com reconhecimento nacional pelo excelente mandato, atingido pela armadilha plantada de forma desleal e criminosa. O deputado

Aécio Neves é outro nome a ser considerado pela larga experiência política e administrativa, além de ser nome nacional.

Fora alguns governadores, os políticos são poucos em condições eleitorais, mas existem nomes conhecidos em outras esferas. Todo cuidado neste momento com a chegada de arrivistas, com bases nas mídias digitais, no populismo, que não teriam a menor condição de liderar uma economia do porte dos problemas dos nossos. No mais, pelo que se prevê, a herança será pesada.

Neste mundo competitivo, em que muitos buscam o seu lugar ao sol, com novos e poderosos atores, como China e Índia, o Brasil não pode continuar a perder importância na comparação

com outras nações. Estamos mal na produtividade, na qualidade, na infraestrutura, no ambiente receptivo ao investimento.

Nossa pauta chega a ser ridicularizada em alguns fóruns internacionais. Neste mundo em concorrência, o Brasil discute menos horas trabalhadas, convive com a judicialização nas empresas reguladas e nos contratos, gasta mais do que investe e arrecada, disputa o topo nos impostos. Não se fala de educação e melhora na qualidade da mão de obra. Preferimos formar advogados a engenheiros, médicos, químicos e físicos.

Percebe-se que o ano novo pode ser marcado por muitos escândalos. Muita gente perdeu o juízo.

Barros Miranda*

Os aniversários históricos em 2025

Mais um ano da era cristã se inicia. Chegamos a 2025 e, com ele, os aniversários de grandes fatos históricos que aconteceram no Brasil e no mundo. São muitos e destacarei alguns, principalmente aqueles ligados a fatores políticos, econômicos e sociais, pilares máximos da historiografia moderna.

Como pontapé, aquela que é por muitos considerada a primeira constituição do mundo, a Carta Magna inglesa de 1215. Quem diria que 810 anos depois ela seria um marco para política britânica e para servir de base para o sistema de divisão de poderes. Um grande marco para celebrar.

Falando em Inglaterra, o país foi o berço das duas grandes revoluções industriais no mundo. A primeira, com o cercamento dos campos e a introdução de

máquina de tear, em 1760. E a segunda, em 1850, com o advento da máquina a vapor e do carvão como forma de combustível. Ou seja, há 265 e 175 anos, respectivamente.

Ainda na Europa, não se pode esquecer o início do processo da Unificação Alemã, que começou em 1815 e terminou em 1871. Um país forte hoje e que há 210 anos dava os primeiros passos para o seu surgimento.

Mais um fato relevante mundial, os 75 anos do início da Guerra da Coreia, que culminou de vez na divisão da península em comunismo e democracia, com os conflitos acontecendo entre 1950 e 1953.

No Brasil, temos várias datas e revoltas para lembrar. A primeira, a Guerra da Cisplatina, de 1825 a 1828, que, no fim,

culminou na criação da República Oriental do Uruguai. Duzentos anos do início da guerra de independência do país sul-americano, desmembrado do território brasileiro.

Outras guerras importantes ainda no período imperial foram as revoltas regenciais da Cabanagem, no Pará, em 1835 a 1840, e a Farroupilha, de 1835 a 1845. Cento e noventa anos desses movimentos, de insatisfação da política no Brasil.

Não por menos, para tentar apaziguar um pouco a situação por aqui no século XIX, o famoso Golpe da Maioridade de 1840, quando o então príncipe regente Dom Pedro II teve sua idade emancipada, para assumir o trono brasileiro e controlar os ânimos da população. Ou seja, há 185 anos começava o segundo

reinado no país.

Já no século XX, destaque para dois movimentos. O primeiro, a revolta da chibata, de 1910, quando marinheiros se rebelaram contra os castigos impostos, similares aos dos escravos. Um marco na Marinha, que ocorreu há 115 anos. E, claro, a famosa revolução de 1930, que deu início ao processo político do qual chamamos de Era Vargas, quando Getúlio Vargas ficou 15 anos no poder. Coincidentemente, também celebramos o fim do seu governo. Ou seja, são 95 anos do começo e 80 do fim.

Outros fatos poderão ser lembrados ao longo do ano, mas esses foram os que podemos destacar neste início de 2025.

*Jornalista e historiador

Márcio Coimbra*

Verificação Necessária

Existe uma máxima em nossa economia há tempos, uma premissa que faz enorme sentido em nações que possuem forte déficit de poupança interna: o Brasil precisa de investimento externo para alavancar sua economia. Ao mesmo tempo que existe esta necessidade, qualquer país precisa de cautela ao receber o investimento estrangeiro. Esta realidade levou a adoção daquilo que se convencionou chamar de Instrumentos de Avaliação dos Investimentos Externos (IAIE) em várias legislações ao redor do mundo.

O Brasil é uma daquelas nações que ainda não possui em sua legislação qualquer um dos diversos mecanismos de avaliação de investimento estrangeiro, uma falha que precisa rapidamente ser sanada. Nosso país iniciou esta discussão mediante um estudo chamado "Instrumentos de Avaliação dos Investimentos Externos (IAIE) em Diversos Países: Recomendações para o Brasil", iniciado em 2020 pelo IPEA, que mapeou quinze modelos de diferentes países para

análise descritiva de suas estruturas organizacionais.

A partir de suas experiências, o que se observou foram tendências convergentes quanto aos motivos de controle e avaliação do investimento externo, ancorados no conceito de segurança nacional e suas derivações, como no caso português, que estabelece o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir segurança país em serviços fundamentais. O governo pode optar-se a qualquer transação da qual resulte, direta ou indiretamente, a aquisição de controle de terceiros à União Europeia sobre ativos estratégicos nos setores de energia, transportes e comunicações.

Além de Portugal, não são poucas as nações que adotam este mecanismo de verificação. Os exemplos mais conhecidos são África do Sul, Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Índia, Japão, México, Reino Unido, Rússia e União Europeia, que adota o instrumento em legislação comuni-

tária, criando uma camada dupla de avaliação, uma vez que países membros também adotam o sistema internamente, como Alemanha, Espanha e o caso de Portugal, aqui já mencionado.

O objetivo principal dos instrumentos de avaliação está longe de afastar o investimento estrangeiro. Pelo contrário, o mecanismo serve para que os países que o adotem sejam destino de investimentos de qualidade, com capitais de origem lícita, evitando que recursos sujos, oriundos de corrupção e outros crimes transnacionais sejam lavados na economia, ao mesmo tempo que protege a infraestrutura de recursos predatórios, que podem afetar as soberanias nacionais.

A OCDE vem acompanhando a implementação destes mecanismos, especialmente porque são adotados por seus membros, países desenvolvidos e em desenvolvimento, grandes exportadores e importadores de capital externo. Se no início o foco destas legislações era controlar o investimento nos setores militar e de de-

fesa, hoje o foco se ampliou para o setor de energia, transporte, telecomunicações, abastecimento de água, recursos minerais e especialmente acesso de investidores estrangeiros a dados confidenciais de cidadãos nacionais.

Diante das novas tecnologias e dos investimentos predatórios que circulam pelo mundo, já é momento de nosso Congresso Nacional se debruçar sobre este tema, observar as experiências externas e introduzir em nossa legislação mecanismos que deixem o Brasil menos vulnerável e nossa economia e cidadãos mais protegidos.

*CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Cientista Político, mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal

EDITORIAL

A participação popular nos municípios

A participação popular na gestão pública municipal é um dos pilares fundamentais de uma democracia saudável. Nos municípios, onde as decisões têm impacto direto na vida cotidiana dos cidadãos, a interação entre a população e o poder público não apenas fortalece a legitimidade das políticas públicas, mas também promove maior eficiência e transparência na administração.

Nos últimos anos, avanços tecnológicos e novas formas de organização social têm ampliado os canais de diálogo entre gestores e a sociedade civil. Orçamentos participativos, audiências públicas e conselhos municipais são exemplos de instrumentos que, quando bem utilizados, permitem que a população tenha voz ativa na definição de prioridades e na fiscalização de ações governamentais.

No entanto, a participação popular ainda enfrenta desafios significativos. A baixa escolaridade, a falta de acesso à informação e a descrença na política muitas vezes afastam os cidadãos dos processos decisórios. Além disso, gestores e legisladores nem sempre estão dispostos a abrir espaço para

um diálogo franco e inclusivo, o que perpetua a sensação de distanciamento entre governo e governados.

Para superar esses obstáculos, é essencial investir em políticas de educação cidadã que esclareçam o papel do cidadão na construção de políticas públicas. A digitalização dos serviços públicos, por exemplo, pode facilitar o acesso a informações e incentivar a participação em plataformas digitais de consulta e deliberação.

A população, por sua vez, deve assumir sua responsabilidade nesse processo, buscando se organizar, acompanhar os atos da gestão e cobrar resultados. A democracia é um caminho de mão dupla, que só se fortalece quando cada um cumpre seu papel, seja como gestor ou como cidadão engajado.

Os municípios são os lugares onde a democracia se faz mais concreta, onde os impactos das decisões são percebidos nas ruas, escolas e unidades de saúde. Valorizar e incentivar a participação popular é, portanto, garantir que a democracia municipal floresça como exemplo de governança participativa e transparente.

Ano novo, dilemas velhos

As mudanças nas diretrizes do grupo Meta (que gerencia Facebook, Instagram e WhatsApp) trazem um velho dilema sobre limites, especialmente limites em veículos de rápida distribuição de informação e conteúdo. Parece um ciclo vicioso baseado em mudanças, regras e quebra dessas mesmas regras.

Segundo um levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 o Distrito Federal foi a unidade da Federação com o maior percentual de pessoas que usam internet diariamente no país, sendo 96% da população da capital federal (cerca de 2,7 milhões) acessando a internet todos os dias. E as redes sociais mais acessadas entre os brasileiros são Whatsapp, Instagram e Facebook, de acordo com um levantamento do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) de dezembro de 2022.

Diante disso, fazendo um recorte no DF, é inegável a forte influência do grupo Meta dentro da população (considerando jovens, adultos e idosos). E a forte influência de telas em nossas vidas é extremamente perigosa. Há poucos anos, o mundo foi forçado a ficar trancado em casa em decorrência da pandemia de covid-19. No isolamento social, a internet e as redes sociais vira-

ram essenciais e foram de grande importância para manter as conexões e relações humanas, trabalhos, notícias, entretenimento e os meios possíveis para trazer uma adaptação em tempos de medo e incerteza.

Porém, assim como as relações humanas são complexas, pode-se dizer que as redes sociais também são – afinal, são um reflexo daqueles que as manuseiam. Ao mesmo tempo que as redes sociais podem ser a ascensão de alguém, podem ser as responsáveis por sua queda. Ao mesmo tempo que trazem um vasto número de informações e conhecimento, destilam desinformação e mentiras em uma velocidade quase imparável.

Mas a desinformação, discursos cobertos de ódio (ainda que verdadeiros), violência e fatores que causam choque viralizam em altíssima velocidade – não por acaso vídeos de tragédias são tão acessados. E o perigo mora aí, em não ser guiado pela emoção ao acessar as redes sociais. Já que no ódio e na destilação de conteúdos nocivos estão fortes emoções negativas. Seres humanos são voláteis, muitas vezes guiados por preconceitos que podem ser quebrados eventualmente. Veículos tão utilizados no dia a dia e responsáveis por diversos empregos não deveriam ser guiados pela emoção. Mas, se não for assim, não lucra. E o ciclo se reinicia mais uma vez.

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: BRASIL NEGOCIA EMPRÉSTIMOS COM BANQUEIROS FRANCESES

As principais notícias do Correio da Manhã em 10 de janeiro de 1930 foram: Especula-se em Paris que o Brasil negociou com banquei-

ros franceses empréstimos de 12 milhões de libras, mas que os magnatas sugeriam que isso fosse tratado em Londres. Casamento de Humberto,

da Itália, e Maria José, da Bélgica, une grandes dinastias mundiais. Em Haia, delegação alemã está vacilante a respeito das sanções do Plano Young.

HÁ 75 ANOS: GOVERNO INGLÊS RECONHECE A CHINA COMUNISTA

As principais notícias do Correio da Manhã em 10 de janeiro de 1950 foram: Governo inglês reconhece a China Comunista. Após

acordos, governo francês consegue aprovar legislação do trabalho. URSS anuncia que fará testes nucleares este mês. Nações cobram

de soviéticos tratado de paz com Áustria. Estudantes petropolitanos realizam um grande comício pró-brigadeiro Eduardo Gomes.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Carlos Martins, Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor) e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.